

See discussions, stats, and author profiles for this publication at: <https://www.researchgate.net/publication/344134091>

# Um Esboço do que poderia ser a Psicologia Política da Ação Pública

Article · January 2018

CITATIONS

6

READS

2,046

1 author:



[Alessandro Soares da Silva](#)

University of São Paulo

99 PUBLICATIONS 352 CITATIONS

[SEE PROFILE](#)

Some of the authors of this publication are also working on these related projects:



Revista Psicologia Política/Political Psychology Journal [View project](#)



Political Psychology [View project](#)

# **CADERNO DE TRABALHOS**

## **GT 62 – ANPEPP**

### **PSICOLOGIA POLÍTICA**

Domenico Uhng Hur (UFG) (subcoordenador do GT)  
Bruna Suruagy do Amaral Dantas (UPM)  
Soraia Ansara (Estácio)  
Aline Hernandez (UFRGS)  
Patrícia Binkowski (UERGS)  
Parmênides Justino Pereira (UFAL)  
Martin Jayo (USP)  
Alessandro Soares da Silva (USP) (coordenador do GT)  
Regina Fiedler (Unicsul)  
Renato Barboza (USP/SES-SP)  
Enock da Silva Pessoa (UFAC)  
Tiago Cassoli (UFG)  
Claudia Acevedo (USP)  
Aline Borges do Carmo (IBAMA/Gepsipolim-USP)  
Aluísio Ferreira de Lima (UFC)  
Marcia Prezotti Palassi (UFES)  
Leandro Amorim Rosa (PUC-SP/ UNIFAFIBE)  
Mariana Luzia Aron (USP/UPM)  
Vinicius Furlan (PUC-SP/UNEMAT)

**Sala 3217, Bloco 03 – UNICEUB  
15 a 18/07/2018**

AUTORIZAMOS A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL  
DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU  
ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A  
FONTE.

A EXATIDÃO DAS REFERÊNCIAS, A REVISÃO GRAMATICAL E AS IDEIAS  
EXPRESSAS E/OU DEFENDIDAS NOS TEXTOS SÃO DE INTEIRA  
RESPONSABILIDADE DOS AUTORES.

Hur, D. U. (org.); Dantas, B. S. A.; Ansara, S.; Hernandez, A.; Binkowski, P.;  
Pereira, P. J.; Jayo, M.; Silva, A. S.; Fiedler, R.; Barboza, R.; Pessoa, E. S.;  
Cassoli, T.; Acevedo, C. R.; Carmo, A. B.; Lima, A. F.; Palassi, M. P.; Rosa, L. A.;  
Aron, M. & Furlan, V.

Caderno de Trabalhos – GT 62 - Psicologia Política – Congresso da  
ANPEPP [material de estudo] - 2018.

116 f.

Material de Estudo (Pós-Graduação) - ANPEPP, Brasília, D.F., 2018.

## SUMÁRIO

<b>Resumo</b>	p. 5
<b>Histórico do GT</b>	p. 6
<b>Objetivos do GT</b>	p. 8
<b>Proposta de trabalho</b>	p. 9
<b>Programação</b>	p. 10
<b>RESUMOS EXPANDIDOS</b>	p. 11
<b>Eixo 1: Psicologia Política: Fundamentos e Memória</b>	p. 11
<b>1. A “virada política” da Psicologia Política Latino-americana: Psicologia Política ou Psicologia politizada?</b>	p. 12
Domenico Uhng Hur (UFG)	
<b>2. As complexas articulações entre memória e ideologia</b>	p. 19
Bruna Suruagy do Amaral Dantas (UPM) & Soraia Ansara (Estácio)	
<b>3. Participação política e contextos de memória</b>	p. 24
Aline Hernandez (UFRGS) & Patrícia Binkowski (UERGS)	
<b>4. Memória de pessoas e cidades: lembranças como elementos psicopolíticos nas reestruturações urbanas em Alagoas</b>	p. 33
Parmênides Justino Pereira (UFAL)	
<b>5. Memória urbana 2.0: uma discussão a partir de “Quando a Cidade era Mais Gentil”</b>	p. 39
Martin Jayo (USP)	
<b>Eixo 2: Práticas e políticas da Psicologia Política</b>	p. 45
<b>6. Um Esboço do que poderia ser a Psicologia Política da Ação Pública</b>	p. 46
Alessandro Soares da Silva (USP)	
<b>7. Psicologia e Políticas Públicas em Assistência Social: do controle social à conquista do direito à singularidade</b>	p. 57
Regina Fiedler (Unicsul)	
<b>8. A Participação Popular e o Controle Social da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) nas Secretarias Estaduais de Saúde: contribuições da Psicologia Política</b>	p. 62
Renato Barboza (USP/SES-SP)	
<b>9. Psicologia Política e Extensão nas Fronteiras da Amazônia Sul Ocidental: Intolerância e Preconceito</b>	p. 69
Enock da Silva Pessoa (UFAC)	
<b>10. Governamentalidade cínica atual e genealogia do cinismo: qual a condição da crítica hoje?</b>	p. 73
Tiago Cassoli (UFG)	
<b>11. Boicotes: Razões e tipos</b>	p. 79
Claudia Acevedo (USP)	
<b>Eixo 3: Psicologia Política: interdisciplinaridade e difusão</b>	p. 85
<b>12. Psicologia Política Ambiental: uma discussão necessária</b>	p. 86
Aline Borges do Carmo (IBAMA/Gepsipolim-USP)	

- 13. Psicologia Política e Saúde Mental: Contribuições da Pesquisa com “Coisas Frágeis”** p. 93  
Aluísio Ferreira de Lima (UFC)
- 14. Psicologia Política e Administração: um panorama dos trabalhos realizados na Universidade Federal do Espírito Santo – UFES** p. 100  
Marcia Prezotti Palassi (UFES)
- 15. Ensino da Psicologia Política como elemento transformador** p. 107  
Leandro Amorim Rosa (PUC-SP/ UNIFAFIBE) & Mariana Luzia Aron (USP/UPM)
- 16. As Políticas Públicas interpelada pela Psicologia Política: uma experiência do político a partir de um encontro** p. 110  
Vinicius Furlan (PUC-SP/UNEMAT)

#### **Roda de conversa**

- Golpes, democracia e desigualdade no Brasil: História social das políticas e do papel da Psicologia** (atividade inter-GTs) p. 115  
Fernando Lacerda Jr. (UFG) - GT 24 - História Social da Psicologia; Ana Maria Jacó-Vilela (UERJ) - GT 24 – História Social da Psicologia; Domenico Uhng Hur (UFG) - GT 62 – Psicologia Política; Isabel Fernandes de Oliveira (UFRN) - GT 2 – A psicologia sócio-histórica e o contexto brasileiro de desigualdade social & Juberto Antonio Massud de Souza (UERJ) - GT 24 – História Social da Psicologia

## Resumo

O GT Psicologia Política faz parte das atividades da ANPEPP desde 1989, sendo um de seus mais antigos grupos. Sua estruturação foi fundamental para o campo no país, bem como para a fundação (2011) da Associação Brasileira de Psicologia Política - ABPP e da Associação Ibero-Latino-Americana de Psicologia Política - AILPP. Neste simpósio o GT desenvolverá um projeto de pesquisa nacional/internacional pautado em: Fundamentos e Métodos; Ensino e Difusão da Psicologia Política; Práticas de Intervenção. Debateremos as experiências das disciplinas de Psicologia Política ministradas na graduação e pós-graduação e desdobramentos em novas metodologias de ensino ativo, sendo os estágios básicos e profissionais um tema emergente. Discutiremos como a extensão se oportuniza como espaço de práticas de psicopolíticas desenvolvidas junto às comunidades, bem como as intervenções que podem incidir em diversas políticas públicas. Analisaremos os avanços da Psicologia Política brasileira como campo singular e sua relevância no contexto regional e mundial. Palavras-chave: Psicologia Política, Participação, Políticas Públicas

## Histórico do GT

O GT Psicologia Política faz parte das atividades dos simpósios da ANPEPP, desde seu II Simpósio (Gramado/1989), quando a modalidade de GTs foi instaurada, até o ano de 2012, última vez em que foi inscrito. Teve diferentes nomes, como “Psicologia dos Movimentos Sociais” (1989-1992), “Comportamento Político” (1998-2006) e “Psicologia Política” (1994-1996, 2008-2012). Optou-se por manter a denominação de “Psicologia Política” para marcar o amplo campo de saberes que articula a análise de fenômenos psicossociais aos processos políticos e relações de poder. A Psicologia Política é um campo tipicamente inter e transdisciplinar que recorre a uma grande diversidade de abordagens teóricas e metodológicas, bastante consolidado no hemisfério norte do planeta e em franco avanço na América Latina como pode atestar a AILPP.

Desde sua criação em 1989, os integrantes do GT têm desenvolvido atividades de pesquisa, ensino e extensão no campo da Psicologia Política. Além dos encontros nos Simpósios da ANPEPP, a ABPP tem organizado seus Simpósios nacionais e encontros regionais, e copatrocinado eventos e reuniões científicas em diversas outras oportunidades, particularmente no contexto dos Encontros Nacionais e Regionais da Associação Brasileira de Psicologia Social – ABRAPSO que é um dos berços da Psicologia Política brasileira e de Encontros Sulamericanos, resultante da expansão regional do campo. Os seminários e encontros resultaram numa importante rede de pesquisadores de psicologia política. Atualmente destacamos no Brasil o Núcleo de Psicologia Política e Movimentos Sociais - NUPMOS - da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP, o Grupo de Estudos e Pesquisas em Psicologia Política, Políticas Públicas e Multiculturalismo - GEPSIPOLIM - da Universidade de São Paulo - USP, O Grupo de Pesquisa em Psicologia Política, Educação e História do Presente – GEPEHP – da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS, o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Psicologia Política Antirracista Decolonial - É'LÉÉKO – da Universidade Federal de Pelotas – UFPel, o Grupo de Pesquisa em Psicologia Política, Políticas Públicas e Movimentos Sociais - GEPSIMUSP - da Universidade Federal de Alagoas, o Núcleo de Estudos e Pesquisas Crítica, Insurgência, Subjetividade e Emancipação - CRISE - da Universidade Federal de Goiás, o Grupo Interdisciplinar de Estudos, Pesquisas e Intervenções em Psicologia Social Crítica - PARALAXE - da Universidade Federal do Ceará.

Destacamos que um resultado importante deste GT da ANPEPP foi a consolidação de uma rede de núcleos de pesquisa que desaguou na criação da ABPP em 2000, a qual, por sua vez, tem sido importante condição para a consolidação e crescimento das redes de pesquisa em Psicologia Política no país. Como se pode notar, o GT tem dado contribuições relevantes para o campo e tem ocupado um papel relevante para a própria ABPP, visto que seus membros participam da organização e da Comissão Científica dos Simpósios Brasileiros e dos Encontros Regionais de Psicologia Política, realizados de dois a dois anos, e anualmente no âmbito regional, assim como oferecem suporte à publicação da Revista de Psicologia Política como seja como editores, autores ou como pareceristas. Até o momento foram realizados nove simpósios nacionais e publicados 35 números da revista e sete encontro paulistas de Psicologia Política e dois Encontros Sulamericanos.

A partir de 2008 o GT propiciou uma articulação alguns núcleos de pesquisa do Mestrado em Mudança Social e Participação Política da Escola de Artes e Humanidades da USP e com o Núcleo de Estudos e Pesquisas Crítica, Insurgência, Subjetividade e Emancipação da Universidade Federal de Goiás. Esta aliança se fortaleceu ainda mais

com a emergência do campo de psicologia Política no Programa de Psicologia Social da USP a partir de 2015. Apesar dos avanços na consolidação da Psicologia Política como campo interdisciplinar, e da longa existência do GT, o número de membros tem crescido com parcimônia, mas de maneira estável. A diversidade regional e institucional desta nova composição do GT revela isso.

Há principalmente dois fatores que contribuem para isto: de um lado, o fato de que a Psicologia Política no Brasil encontra uma base acadêmica relativamente pequena, em grande parte restrita a cursos de pós-graduação da área da Psicologia ou da Psicologia Social, em contraste com países como Estados Unidos e Canadá onde a Psicologia Política se encontra firmemente estabelecida no campo da ciência política. No Brasil apenas a UnB e a UFPI oferecem curso na graduação de Ciências Políticas. Por outro lado, sua natureza interdisciplinar e sua interface com os principais problemas contemporâneos fazem com que pesquisadores da área tendam a pesquisar temas que pertinentes ao campo da Psicologia Política mas que encontram maior destaque em outros espaços acadêmicos. Esse tipo de relação que dá luz à Psicologia Política facilita sinergias entre ela e campos como a Psicologia Social, a Educação, a História, o Direito e as Ciências Sociais. Desta forma, pesquisadores da área da Psicologia Política mantêm vinculações também com outros Gts da ANPEPP e de outras agremiações como a ANPOCS, a ANPAD e a ABCP.

Outro elemento que merece nota é o fato de nos anos em que o GT não foi inscrito o campo não esteve inerte. Antes o contrário. Nesse período colhemos importantes resultados, como a criação de uma coleção junto à editora Prismas com dois livros publicados e a publicação de cinco outros livros de Psicologia Política em outras editoras, como a Vozes e a Autentica, organizados e escritos por muitos de seus membros; o aumento da periodicidade da Revista Psicologia Política, de semestral para quadrimestral; e a participação protagonista na fundação e desenvolvimento da Associação Ibero-Latino-Americana de Psicologia Política criada durante a reunião da SIP em Medellín. Nesse sentido vale lembrar que a atual diretoria da AILPP conta com quatro pesquisadores brasileiros sendo os atuais coordenadores do GT secretários Geral Adjunto e Secretário de Publicações respectivamente.

Com o crescimento do interesse de pesquisadores no campo, o aumento das produções acadêmicas e o intercâmbio no âmbito internacional, urge a necessidade de uma sistematização mais rigorosa das possibilidades que o campo oferece. No que se refere à análise e à reflexão de sua constituição epistemológica (definições, objetos, pesquisas etc.), seu escopo de atuação prática (técnicas e campos de aplicação) e sua difusão no âmbito da graduação e da pós-graduação o espaço do GT da ANPEPP segue sendo estratégico. Para tanto, a articulação de pesquisadores de diferentes regiões e instituições do país no GT da ANPEPP é fundamental e pode aportar conhecimento e riqueza para esse campo no Brasil.

## Objetivos do GT

O GT Psicologia Política tem como objetivo principal a consolidação e difusão da Psicologia Política por meio de pesquisa, ensino e extensão, bem como aportar subsídios aos diferentes cursos de graduação e programas de pós-graduação nos quais se ensina e forma quadros no campo psicopolítico no Brasil.

Para o XVII Simpósio da ANPEPP têm-se como objetivos específicos:

- Fortalecer os laços entre os pesquisadores de instituições das cinco regiões do país para a produção de uma pesquisa nacional e latino-americana que contribua para a consolidação do campo da Psicologia Política no país. Para tanto é fundamental a maior articulação de núcleos ou grupos de pesquisa e também pesquisadores individuais cujas atividades estão inseridas no campo da Psicologia Política ou de temas correlatos a este campo.

- Analisar os desafios da implantação da linha de pesquisa “Psicologia Política” nos diferentes programas de pós-graduação, bem como compartilhar as experiências decorrentes do ensino e das pesquisas sobre o tema.

- Refletir e intercambiar as experiências sobre as disciplinas ministradas de “Psicologia Política” e correlatas ao campo, seja no âmbito da pós e da graduação.

- Fomentar a internacionalização do GT. A estratégia mais adequada será a participação nas atividades da Associação Ibero-Latino-Americana de Psicologia Política – AILPP e realização de estâncias de pós-doutorado com pesquisadores renomados das Américas, Europa e de outros centros formativos como Austrália, Israel, Japão e Rússia.

- Produzir material didático e publicações coletivas. Busca-se publicar mais obras introdutórias à Psicologia Política, bem como um maior número de dossiês temáticos em Periódicos acadêmicos.

- Fortalecer e ampliar a Associação Brasileira de Psicologia Política. Isto deve se dar principalmente por meio da participação na programação, organização e realização dos Simpósios bianuais e encontros regionais da entidade e pelo fortalecimento da Revista Psicologia Política.

Esse conjunto de objetivos específicos também auxiliam a que o GT da ANPEPP possa refletir sobre os rumos da Psicologia Política na atualidade, tempo no qual a democracia brasileira está sendo duramente atingida. Questões como “Será que a Psicologia Política brasileira reatualiza a mesma implicação política da Psicologia Política latino-americana? Qual é a sua singularidade quando a comparamos com a Psicologia Política norte-americana e europeia? Como o ensino e a pesquisa Brasileira podem contribuir para o desenvolvimento científico no âmbito nacional e na Região da América Latina?” ocupam um lugar central e atravessam o escopo e os objetivos desse grupo e nos convidam a pensar um fazer psicopolítico que possa verdadeiramente incidir na construção social da realidade.

## **Proposta de trabalho**

Para avançar nos objetivos elencados, será desenvolvido o seguinte programa durante o XVII Simpósio da ANPEPP:

1. Discussão sobre os fundamentos teóricos e históricos Psicologia Política (campo da psicologia política, atual situação da ABPP e da AILPP, relatórios de atividades dos núcleos, projetos em andamento);
2. Apresentação e discussão das comunicações orais trazidas pelos participantes do GT.
3. Discussão sobre a elaboração de material didático, tendo como referência as apresentações e outras publicações do GT.
4. Plano de Trabalho para os próximos dois anos, contemplando os objetivos do GT e priorizando a internacionalização.
  - 4.1 Difusão dos trabalhos do GT em congressos do Campo como o IV Ibero-Latinoamericano e o III Sul-Americano, bem como no X Simpósio Brasileiro de Psicologia Política a ocorrer entre 2018 e 2019.
  - 4.2 Debater a viabilidade de se criar de uma Escola de Verão de Psicologia Política/ Escola de Pós-Graduação em Psicologia Política.

## 6. Um Esboço do que poderia ser a Psicologia Política da Ação Pública

Alessandro Soares da Silva

Para iniciarmos o debate presente, vale recordar, antes de tudo, que as políticas públicas contemporâneas tem origem no século XX e se desprende da lógica Durkheimiana da divisão do trabalho Social e que gerou reagrupamentos das identidades profissionais por setor. Se estabelece, assim, a tensão entre a lógica de território e a lógica de setor, sendo que a setorialização impõem uma racionalidade mais fragmentária da compreensão e dos modos de enfrentamento das questões públicas. Mas em sociedades complexas é fundamental associar quatro elementos que entendemos estratégicos e estruturantes do pensamento acerca de políticas públicas: intersetorialidade, intersubjetividade, interseccionalidade e multipolaridade.

Nessa senda, autores como Pierre Müller (2000), propõe que uma política pública se apresenta sob a forma de programa de ação governamental num setor da sociedade ou um espaço geográfico, sendo o lugar no qual as sociedades determinam como se deve dar sua relação com o mundo e consigo mesmas. Essa postura sobre o tema aponta para um olhar que se opõem a visão *estadocêntrica* sobre políticas públicas e torna impositiva a sobreposição de múltiplas dimensões da realidade no processo de formulação e análise de políticas públicas. Não resta dúvida que para estabelecer as bases dessas relações elementos objetivos e subjetivos estão presente e articulam-se de modo a reposicionar a compreensão sobre o poder e como este deve estar distribuído.

Apesar disto, o debate sobre políticas públicas tem mantido a centralidade do Estado ainda que consinta em abrir espaço para a participação controlada dos processos de tomada de decisão. A questão é que andamos na contramão de tais posições majoritárias e nos alinhado as proposições menos convencionais e que entendem que políticas públicas são instrumentos da ação pública. Destarte, nos associamos a autores como Pierre Müller (2000), Gilles Massadier (2003), Neli Ap. de Mello-Théry (2011) e Pierre Lascoumes e Patrick Le Galès (2014) que têm proposto como caminho analítico o que nomeiam como *Sociologia da Ação Pública*.

Com base nos pressupostos estabelecidos por esses autores entendemos que a Psicologia Política pode contribuir para a superação de carências que se referem à forma como se constrói em sociedade essa tal “relação consigo mesma” a partir do espaço da ação pública. Pensar sobre isso não pode restringir-se a uma análise de atores sociais desde uma perspectiva sociológica na qual os elementos subjetivos são supostamente

descartados ou, a menos, ignorados ou mesmo minimizados. É com vistas a contribuir para os debates sobre a ação pública já desenvolvidos na Sociologia (e também na Administração Pública por autores como Jean-Claude Thoenig (1985, 1997)) que esboçamos o que poderia ser o início de uma *Psicologia Política da Ação Pública*. Esta partiria daqueles quatro elementos anteriormente propostos: interdisciplinaridade, intersubjetividade, interseccionalidade e multipolaridade. Um caminho possível para refletirmos sobre esse campo se foca nas interrelações entre atores, territórios e enfrentamentos das questões que afetam a vida em sociedade e alteram as dinâmicas do poder.

Vale notar que a interdisciplinaridade aqui está subordinada ao reconhecimento da *diferenciação de campos* que se complementam e geram faces de um poliedro, mas que habitualmente são vistas de modo fragmentado: cada campo é lido como se fosse o todo e, portanto, oferece uma visão reduzida da realidade. Em nossa perspectiva, a interdisciplinaridade é um aspecto necessário da produção do conhecimento, pois este é resultante de um processo dialético que permite que o saber humano seja fruto da diversidade e dos múltiplos encontros entre formas de abordar a realidade social. Tais encontros acrescem a esse processo dialético de produção de saberes outro elemento fundamental: a intersubjetividade.

A apreensão destes dois elementos, dialética e intersubjetividade, permite-nos compreender a realidade social a partir das reais possibilidades de investigação que os sujeitos possuem, visto que estes provêm de distintos lugares e possuem diferentes historicidades que são relativas mas que também são maiores que as análises decorrentes da fragmentação do saber científico moderno. Por isso, a interdisciplinaridade e intersubjetividade são os elos que permitem que, mesmo delimitado, um objeto seja uno, mantenha sua tessitura social e historicidade. Segundo Gaudêncio Frigotto, “o trabalho interdisciplinar não se efetiva se não formos capazes de transcender a fragmentação e o plano fenomênico, heranças fortes do empiricismo e do positivismo. Todavia, (...) ele também não se efetiva se cairmos no reducionismo estruturalista que abandona o plano histórico-empírico e se locupleta no plano discursivo.” (Frigotto, 2008:44). A interseccionalidade e a multipolaridade permitem uma análise menos linear e que potencializa a compreensão tanto da interdisciplinaridade e quanto da intersubjetividade, pois elas inserem variáveis analíticas que destacam a multidimensionalidade das questões sociais e da distribuição do poder entre sujeitos individuais e coletivos, entre instituições e organizações sociais e políticas.

Sendo a Psicologia Política um campo interdisciplinar<sup>8</sup> que nasce da confluência entre a Ciência Política, a Psicologia Social, a História e o Direito (Dorna, 1998; Sabucedo 2000; Silva, 2012) ela se torna um espaço profícuo para o debate da ação pública. Andrea Devoto (1960) recorda que a Psicologia Política pode ser um ponto de encontro entre várias ciências. Para o autor, a Psicologia Política é

“um instrumento de investigação moderno, ágil, funcional, adaptável às mais diversas circunstâncias que o momento histórico possa apresentar. Na verdade, a psicologia política pode vir a ser um autêntico ponto de encontro de todas as ciências – teóricas e práticas – que estudam o homem e as suas manifestações” (p. 8).

Nossa leitura dessa posição se dá a partir dos clássicos. Entendemos que autores como Alexis de Tocqueville (1835), Émile Boutmy (1901, 1902), Vitor de Brito (1906), Nicola Fornelli (1903), Edwards Salas (1914, 1925), Elói Luís André (1906), Gustave Le Bon (1910), Gabriel Tarde (1892) e outros pensaram um campo para o exercício de *cientistas sociais* das mais diferentes configurações que buscam compreender problemas que estão mais além de fronteiras disciplinares. É como se seu olhar superasse as disputas pelo poder na conformação do campo científico. Pensaram um campo social que não poderia ser destituído da subjetividade como propunham autores de alguma corrente hegemônica das ciências sociais emergentes. Outro elemento que faz da Psicologia política um locus adequado para o debate da ação pública é o fato de os proponentes da ideia da política pública como confluência da análise dos territórios temáticos das políticas públicas e da política (Lasswell (1930, 1934, 1936, 1948, 1949); Simon (1947, 1956); Lindblom (1963, 1965, 1968)) também estiveram envolvidos com a psicologia política como campo interdisciplinar de construção de conhecimento.

Como apontou Christlieb (1987), a análise da função ideológica do conhecimento passa pela análise da ação humana tanto na esfera pública quanto na privada. Esse exame termina por ser uma maneira de compreender o exercício do poder e o centro dos estudos

---

<sup>8</sup> Segundo José Manuel Sabucedo (1996) “la psicología política nace con una clara vocación interdisciplinar. Se trata de que las contribuciones de ambas áreas de conocimiento, ciencias políticas y psicología, posibiliten una mejor comprensión de los procesos y fenómenos políticos” (pp. 2-3). Essa característica interdisciplinar nasce da necessidade de ofertar respostas mais adequadas aos fenômenos. A Psicologia Política, portanto, tratar-se-ia de um campo de saber, e nem tanto uma disciplina como tradicionalmente se tende a pensar. Ela se constitui no interstício das fronteiras disciplinares e vive as idiossincrasias e vicissitudes próprias de um espaço de encontros (Silva, 2012, 2015). Infelizmente, o fato da designação desse campo começar com a palavra psicologia faz com que se gere um imaginário social que o aprisiona simbolicamente à área da Psicologia, o que, de fato, é uma falácia.

psicopolíticos, possibilitando focalizar a ação pública como uma forma de *resobiliar* problemas públicos que superam as racionalidades estatais próprias da burocracia governamental. Quem sabe por isso a visão da Psicologia Política de Antônio Gomes Penna (1995) seja interessante no momento em que ele entende que

“Efetivamente poderíamos defini-la como tendo por objeto o estudo das estruturas sociais visando ou ao seu aprimoramento através de modificações progressivas, ou à sua reformulação radical, sempre se objetivando o bem-estar coletivo. Inclui-se em seu objeto a busca da justiça social, a se atingir mediante procedimentos de uma equitativa distribuição do abundante ou do escasso.” (Penna, 1995:21).

Assim, a Psicologia Política se constituiria identitariamente desde um *estar* fluido e metamórfico, que atua no âmbito do que é público. E é exatamente essa fluidez que lhe permite, a nosso juízo, responder às complexas interrogações próprias da contemporaneidade de modo diferente, visto que as transformações sociais não podem ser explicadas por científicas neutras, que não mesclam saberes devido ao mito da pureza científica. E como já apontava Le Bon (1921) “A *psychologia politica* participa da incerteza das *sciencias sociaes*, que indicámos. Cumpre, entretanto, utilisal-a tal como é, pois os acontecimentos nos impellem e não esperam.” (Le Bon, 1921:4).

Ao esboçarmos elementos para uma *Psicologia Política da Ação Pública* temos em mente que em sua origem a Psicologia Política se detinha à análise das relações entre homem e Estado, entre a ação governantes e as necessidades populares e poderia, como pontuou Le Bon (1921:6) chamar-se “*Sciencia do Governo*”<sup>9</sup>. Como ciência do governo, a Psicologia Política seria uma espécie de engenharia social capaz de evitar que governantes cometessem graves e custosos erros, porque estariam orientados não por “leis formuladas”, mas por “impulsos da ocasião e algumas regras tradicionais”. (p. 6). Para Le Bon, “a mais importante das regras do governo dos homens são relativas á acção”. (p. 4) Daí advém a relevância que Le Bon atribui à ação governamental.

Por isso, em outro momento (Silva, 2012a) ao elencarmos 20 grandes áreas de interesse da Psicologia Política destacamos alguma que estão, por assim dizer, na base da ação pública e possibilitam este esboço. As áreas de estudos identificadas foram: Política

---

<sup>9</sup> Já na concepção de autores como Agustín Alvarez (1894), Emile Boutmy (1901, 1902), Ricardo Edwards Salas (1906), Vitor de Britto (1908) e Gustave Le Bon (1910[1921]), a relação entre sujeito e Estado é central e ideias como as de governo e governança ou de ação política que está focada na esfera pública são centrais a ponto de Le Bon, por exemplo, entender que o outro nome da Psicologia Política poderia ser *Sciencia do Governo*. Segundo o autor, “a *psychologia politica* ou a “*sciencia do governo*” seria “tão necessaria que os estadistas não a poderiam dispensar”. (Le Bon, 1921:6).

Internacional e Relações Internacionais; Políticas Públicas; Teorias das Elites; Tomada de Decisão e Negociação e, por fim, Governo, Governança e Cidadania.

Para Le Bon, decidir implica um processo analítico e um embasamento em leis, e não em impulsos. Decidir deve ser um ato da razão, e a Psicologia Política seria o instrumento que capacitaria o governante a decidir e não cometer graves erros. Por esse motivo, quem sabe Le Bon proponha que um dos objetivos da nova disciplina consiste em responder cientificamente “quando, como e em que limites se deve agir”, pois “a resposta a essa interrogação constitui inteiramente a arte da política”. (p. 5) Essa questão é fundamental na arte do governo, sobretudo porque, quanto mais graves são os fatos sobre os quais se faz mister decidir, menos tempo há para atuar e, nestas situações, as intuições, os impulsos ou algumas regras tradicionais não bastariam ao exercício do governo.

Como consequência, uma das tarefas da Psicologia Política consistiria em descobrir os fatores presentes e passados que poderiam estar relacionados com os fenômenos do cotidiano da governança. Assim, o governo não deve encontrar sustentação em ilusões que dependem apenas de uma racionalidade lógica, pura. Essa crítica faz Le Bon com um endereço: os defensores, na academia, de uma razão pura destituída de emoções e sentimentos.

Curiosamente, muitos dos argumentos que Le Bon traz aparecem nos debates em torno a governo, governança e políticas públicas. Ele os antecede e muitas vezes nos faz dar conta de que muito de nosso presente parece um *looping*, uma repetição, sobretudo quando olhamos o estado da arte de nossas instituições e problemas de governança. E essa questão é estratégica e as perguntas que motivaram a emergência da Psicologia Política da Ação Pública são muito próximas as que mobilizam o campo Sociologia da Ação pública e, portanto, sinergicamente complementares. Müller nos ajuda a fazer essa ponte quando pergunta “Como se produz a ordem política em sociedades cada vez mais complexas, cada vez mais fragmentadas e cada vez mais abertas ao exterior?” (Muller, 2000: 192).

A questão de Muller é central na análise de políticas públicas no enfoque da *Psicologia Política da ação pública* que estamos desenhando. Para responde-la adotamos como base a compreensão de Jean-Claude Thoenig (1997:28) sobre ação Pública. Para ele, ela é “a maneira como uma sociedade constrói e qualifica problemas coletivos e elabora respostas, conteúdos e processos para abordá-los”. A abordagem de problemas coletivos conduz a uma mudança no modo como se percebe um problema e os agentes

nele implicados, pois a complexidade da vida social e seu governo deixam de ser objeto de um pequeno grupo de especialistas e coloca as fronteiras da resolução do problema público bem mais além dos limites de um governo institucional. A resolução de questões que afetam o público passam pela forma como a sociedade reflete sobre si mesma e pelo modo como se produz a intersubjetividade na contemporaneidade. Desta feita, uma revisão do significado de política pública se faz necessário, pois política pública seria o desdobramento de algo maior que reflete o redimensionar do espaço e a ampliação dos atores envolvidos no processo de enfrentamento de problemas sociais presentes na agenda pública.

Segundo Massardier (2003), o conceito de ação pública oferece uma nova concepção para a noção de ‘público’ deslocando o olhar do poder soberano para as controvérsias “sobre os problemas públicos e sobre os modos de sua resolução” (pp. 75-84) o que afeta a noção tradicional de política pública. Nessa perspectiva, verifica-se a deterioração progressiva da visão hegeliana de Estado onisciente ou onipotente, cuja racionalidade podia transcender a irracionalidade dos interesses particulares. Nessa abordagem perde sentido a ideia de monopólio ou predomínio do Estado na atividade de formulação, implementação, monitoramento e avaliação de Políticas Públicas com vistas à *resolubilizar* problemas que afetam o público.

Nessa linha, ação pública significa levar em conta tanto as ações das instituições públicas quanto a pluralidade de atores, públicos e privados, oriundos quer da sociedade civil, quer da esfera estatal para toma decisões que visem resolver conjuntamente um problema que é de todos ou de uma parte significativa da sociedade. Essas ações se dão por meio interdependências mútuas que podem estar no âmbito nacional, local ou supranacional e devem produzir formas de regulação das ações coletivas.

A abordagem da ação pública implica no entendimento de que as políticas públicas têm como característica a variedade dos atores políticos que devem compor um quadro múltiplo capaz de vislumbrar a complexidade do problema a ser enfrentado; a dimensão multipolar e poliárquica das relações entre os diversos envolvidos no processo, sem que haja linearidade na produção do processo político e, por fim, a fragmentação e a flexibilidade da ação pública.

Pierre Lascaumes e Patrick Le Galès (2007) recordam que a partir dessa perspectiva, políticas públicas adquirem maior complexidade, visto que a análise dos elementos constitutivos, bem como a análise das interações entre os elementos constitutivos da política, passam a ser centrais para compreender as ações dos múltiplos

atores, sejam individuais ou coletivos, assim como os recursos disponíveis e os comportamentos estratégicos que esses atores apresentam. Como estes estão articulados no instante de estabelecer os “quadros cognitivos e normativos” que dão sentido às ações, é outro elemento e está relacionado à dimensão intersubjetiva da ação pública. As instituições com regras, rotinas, procedimentos, e os processos que contêm as formas de mobilização e de interação dos atores, devem ser analisadas como um elemento que compõe esse quando geral, sendo que essa racionalidade está atravessada por emoções e sentimentos que orientam o agir. Por fim, os efeitos da ação pública necessitam de atenção já que eles refletem quais foram os resultados, quais as possíveis consequências ou efeitos da ação pública realizada.

A Ação Pública exige a ruptura com visões lineares e verticais dos processos de governo das nossas sociedades (Thoenig, 1997). A ação pública engloba as políticas públicas e não se reduz a elas.

Essa perspectiva transgride o normal, o habitual, o clássico em políticas públicas, permite que estas se façam possíveis tanto por meio de ações desencadeadas por instâncias governamentais, como por outros atores sociais ou mesmo no próprio curso da ação social articulando atores governamentais e não-governamentais. Há nela uma inequívoca ampliação dos contextos de ação e o incremento dos atores que podem estar envolvidos, resultando na desconcentração do poder atribuído ao Estado.

Ao focalizar as relações entre os múltiplos atores se desvela as multipolaridades que (des)ordenam a lógica do poder até aqui verticalizada, *top-down*. Uma perspectiva mais circular, com menor assimetria permite a construção de lugares mais potencializados para os múltiplos atores envolvidos com as questões a serem *resolubilizadas*. Novas subjetividades emergem dessa reorganização da distribuição do poder e olhares interdisciplinares sobre os problemas ‘em tela’ permitem compreensões menos fragmentadas e setorializadas, o que abre espaço para a compreensão das interseccionalidades que se sobrepõem. Na perspectiva que propomos para essa *Psicologia Política da Ação Pública* os elementos significativos para a análise das políticas públicas são flexíveis e dependem desse quadro que não é linear e pode alterar-se, pode mudar a qualquer instante dependendo de como esses atores se posicionam/de reconhecem/agem no processo de *resolubilizar* os problemas em questão.

### **Considerações Iniciais com Vistas à Superar este Esboço**

O que propomos para essa *Psicologia Política da Ação Pública* sustenta-se na ideia de que os processos que orientam as formas de conceber os problemas públicos passam a ser menos *top-down*, menos vertical e mais circulares e participativos. Como consequência, a perspectiva da psicologia política da ação pública faz com que a política pública passe a ser entendida como processo composto por múltiplos atores e se torne multipolar, com uma especialização que ultrapassa os limites estabelecido tradicionalmente por aqueles especialistas que servem ao Estado centralizador. Para tanto, é necessário que se construa um processo de reconhecimento no qual a diversidade e a diferença são constitutivas da intersubjetividade que permite construir e manter a relação entre atores implicados na ação pública. Nessa lógica, o próprio Estado precisa mudar. Ele necessita se reposicionar frente a si mesmo e frente aos demais atores, sendo ele próprio uma componente da sociedade não uma outra coisa que este fora dela e é sua concorrente.

Para que isso seja possível, é fundamental uma nova postura comunicacional e discursiva, dado que o espaço social muda. Há agora atores sociais dotados de autoridade e que tomam decisões que afetam a dinâmica clássica do Estado e sua burocracia. É importante ter presente que a abordagem pela ação pública, tanto da sociologia quanto da psicologia Política, não ignora que a autoridade pública “constrói configurações de crenças, interesses e condutas que permitem a coordenação e a direção” (Thoenig, 1997:34), mas, quem sabe a psicologia política possa aprofundar mais as dimensões intersubjetivas e interdisciplinares da questão comportamental na perspectiva que apontou Devoto (1960).

Lascoumes e Le Galès (2007:112) apontam para a ação pública como “(...) uma forma de refletir sobre as novas configurações entre Estado e a sociedade civil, entre uma (ou várias) autoridade(s) pública(s) democraticamente legitimada(s) e as múltiplas formas de mobilização dos atores sociais que procuram organizar e promover os seus interesses simbólicos e materiais”. A ação pública possibilita uma maior heterogeneidade de atores em interdependência e interferindo no processo de tomada de decisão continuamente e reflete melhor a diversidade social e as realidades múltiplas envolvidas nesse processo. A relação entre atores estatais e os demais atores não prima pela harmonia e não exclui a conflitividade e nem a possibilidade de antagonismos irreconciliáveis. Há uma realidade porosa, fluida e um espaço em disputa e que se fundamenta nas compreensões de si mesmo e de sociedade que cada ator traz consigo. É aí que a ideia de reconhecimento do outro e de si pode significar construir o evitar pontes, as quais são necessárias para

avançar para uma lógica que se sustenta em relações mais equânimes. Há também sobreposições e paralelismos (a serem superados), mas há uma outra configuração de autoridade e de poder, de cognição acerca do poder e do que pode (e deve fazer) cada ator implicado. Para isso, há que se implementar a *desierarquização* do poder que depende de reposicionamentos do sujeito e ressignificações que transformam as relações intersubjetivas e incidem na percepção das interseccionalidades possíveis. O Estado já não é mais (tão) central, mas compartilha suas responsabilidades com as múltiplas partes implicadas no processo. É nessa perspectiva que ganha sentido a assertiva de Gilles Massardier (2003), segundo a qual, na ótica da ação pública, a política pública é observada como um “conjunto de ações múltiplas, mais ou menos coordenadas num espaço social mais ou menos unificado” (p.84).

Mas o que é preciso destacar é que *mais ou menos unificado* significa, necessariamente, reconhecer a fragmentação como parte do processo e, por isso, conflitivo; processos marcados por sobreposições e em disputa e que necessitam de uma compreensão que não frature mais o modo de ver a realidade, mas que possibilite ampliar a lente da complexidade.

Políticas públicas são parte de algo maior e mais complexo e dependem do alargamento do espectro dos atores e das instâncias que se reconhecem como agentes interdependentes, as quais geram “formas de regulação das atividades coletivas em diversos domínios” (Commaille, 2004:413). Na lógica da ação pública emergem como centrais os princípios da horizontalidade e da circularidade das interações múltiplas e interdependentes. São diversos os atores que mostram capacidade para intervir nos processos produção das políticas públicas. A negociação e tomada de decisão passa a ter sentido numa outra espacialidade, constitui um novo *território subjetivo* e objetivo para a ação política. Para Pierre Muller (2000), a fase da decisão é um “processo esquivo em que atores de natureza diferente (políticos, funcionários, grupos de interesse) participam num tipo de decantação progressiva de escolhas (que não são nunca definidas à partida) mobilizando de forma pouco coerente informações e dados extraordinariamente heterogêneos” (pp. 191-92). Decidir é um ato compartilhado e não pode ser objeto de fetiche que conduz a concentração de poder nas mãos de quem supõe saber o que é melhor ou mais adequado sem levar em consideração o outro.

Enfim, essas foram notas, um esboço para considerar a emergência do que pode vir-a-ser a Psicologia Política da Ação Pública.

## Referencias Bibliográficas.

- Augé, Marc. (1994). Não-Lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papyrus.
- Alvarez, Agustín. (1918). South América: ensayo de psicología política. Buenos Aires: (originalmente publicado em 1894).
- André, Eloy Luis. (1906). El Histrionismo Español. Ensayo de Psicología Política Madrid: s/e.
- Boutmy, Émile. (1901). Essai d'une Psychologie Politique du Peuple Anglais au XIXe siècle. Paris: Colin.
- Boutmy, Émile. (1902). Éléments d'une Psychologie Politique du Peuple Américain. Paris: Colin.
- Britto, Victor de . (1908). Gaspar Martins e Julio de Castilhos: Estudos Críticos de Psychologia Política. Porto Alegre: Livraria Americana.
- Commaille, J. (2004). Sociologie de l'action publique. IN: L. Boussaguet, S. Jacquot & P. Ravinet, dir., Dictionnaire des politiques publiques (413-21). Presses de Sciences Po.
- Devoto, Andrea. (1960). La Tirania Psicologica: studio di Psicologia Política. Firenze, Sansoni.
- Fernández Christlieb, Pablo. (1987). Consideraciones Teórico-metodológicas sobre la Psicología Política. Em M. Montero e cols. Psicología Política Latinoamericana. Caracas: Panapo.
- Fernandez Christlieb, Pablo. (2003). La Psicología Política como Estética Social. Interamerican Journal of Psychology. Vol. 37, Num. 2.
- Fornelli, Nicola. (1903) Dove si va? Appunti di Psicologia Política. Nápoles: L. Pierro.
- Frigotto, Gaudêncio. (2008). A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. *Ideação* 10(1). 41-62.
- Lascoumes, Patrick., & Le Galès, Pièrre. (2007). Sociología de la acción pública. México: El Colegio de México.
- Lasswell, Harold D. (1933). The Psychology of Hitlerism. Political Quarterly, nº 4, pp. 373-384.
- Lasswell, Harold D. (1948). Power and Personalily. Nova York: W. W. Norton.
- Lasswell, Harold D. (1974). La Polítia como Reparto de la Influencia. Madri: Ed. Aguilar.
- Lasswell, Harold D. (1977). Psychopathology and Politics. Chicago: The University of Chicago Press. (Originalmente publicado em 1930).
- Le Bon, Gustavo. (1921). Psychologia Política e a Defesa Social. Rio de Janeiro: Garnier (originalmente publicado em 1910).
- Lindbloom, C.E. (1968). The Policy-Making Process. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Lindbloom, C.E. (1968). (1965) The Intelligence of Democracy: Decision Making Through Mutual Adjustment. New York: Free Press.
- Massadier, Gilles. (2003). Politiques et actions publiques. Paris: Armand Colin.
- Montero, Maritza; Dorna, Alejandro. (1993). La Psicología Política: una disciplina en la encrucijada. Revista Latinoamericana de Psicología, año/vol. 25, nº 001, pp. 7-15.
- Mello-Théry, Neli Ap. (2011). Política (e ação) pública, território e o papel da geografia. Revista da ANPEGE, v. 7, n. 1, número especial, p. 11-19, out.

- Muller, Pièrre. (2000). L'analyse cognitive des politiques: vers une sociologie politique de l'action publique. *Revue Française de Science Politique*, 50 (2), 189-208.
- Penna, Antonio Gomes. (1990). *Introdução à Psicologia Política*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- Sabucedo, José Manuel Cameselle. (1996). *Psicologia Política*. Marid: Sintesys.
- Sabucedo, José Manuel Cameselle. (2000). La Construcción Social de la Psicología Política. *Suma Psicológica*. 7(1), março, pp. 1-14.
- Salas Edwards, Ricardo. (1914). *Balmaceda y el Parlamento en Chile: un estudio de Psicología Política Chilena*, vol. I: La Lucha Armada y el Triunfo del Congreso. Santiago: Universo.
- Silva, Alessandro Soares da. (2012). *Psicologia Política, Políticas Públicas e Movimentos Sociais*. Tese de Livre Docência USP.
- Silva, Alessandro Soares da. (2015). A Psicologia Política: ser/estar nos interstícios das disciplinaridades. Em Silva Alessandro Soares da., & Corrêa, Felipe. *Nos interstícios da Disciplinaridade: a Psicologia Política*. Curitiba: Prismas.
- Simon, Herbert A. (1947). *Administrative Behavior*. New York, NY: Macmillan.
- Simon, Herbert A. (1960). *The New Science Of Management Decision*. New York, NY: Harper and Row.
- Tarde, Gabriel. (1898). *Le Public et la Foule*. Review de Paris.
- Tocqueville, Alexis de. (1961). *De la Démocratie en Amérique*. Paris: Gallimard; Folio. (originalmente publicado em 1840).
- Thoenig, Jean-Claude. (1985). L'analyse des politique publique. Em Grawitz, Madeleine., & Leca, Jean. *Traité de Sociologia Politique*. Paris: PUF.
- Thoenig, Jean-Claude. (1997). Política pública y acción pública. *Gestión y Política Pública*, Vol. 6 N° 1, México, pp. 19-37.